

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º
(Do Sr. Major Olímpio)**

DE 2015.

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado da Justiça acerca da campanha com apologia ao tráfico de drogas que está sendo feito no Estado do Rio de Janeiro com recursos Públicos.

Senhor Presidente,

Requeiro com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição da República, e artigos 15, XIII; 115, I; 116 e 226, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça, este requerimento de informações acerca da campanha com apologia ao tráfico de drogas que está sendo feito no Estado do Rio de Janeiro com recursos Públicos, respondendo aos seguintes questionamentos, dentre outros:

- 1) se o governo federal foi consultado para instituir essa campanha de apologia a drogas;
- 2) se o governo federal participou com recursos públicos para essa apologia ao tráfico;
- 3) que medidas a Polícia Federal adotou em relação a essa apologia ao tráfico;
- 4) outras informações que julgar necessárias.

JUSTIFICATIVA

Os jornais do Brasil e as redes sociais estão divulgando a campanha do governo, nos transportes coletivos fazendo a apologia ao tráfico de drogas.

Dentre os vários veículos de informações, podemos ter acesso às imagens, no seguinte site:

["http://www.digitalmipibu.com.br/2015/04/apologia-as-drogas-campanha-no-rio-quer.html"](http://www.digitalmipibu.com.br/2015/04/apologia-as-drogas-campanha-no-rio-quer.html)

Apologia às Drogas? Campanha no Rio quer incentivar discussão sobre nova política de drogas

Charges ironizando a repressão militar ao tráfico de drogas, com frases como "Drogas: Reprimir mata mais que usar", começou a circular no último dia (22) nos ônibus da cidade do Rio de Janeiro. Elaboradas por cinco cartunistas, como Laerte e Angeli, as peças são parte da campanha Da Proibição Nasce o Tráfico, elaborada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes e lançada nesta semana.

A campanha quer incentivar a discussão sobre uma nova política de drogas, considerando que as regras atuais são incapazes de reduzir o consumo e garantir a segurança da população. "A guerra mata mais do que as drogas", diz o desenho de Angeli e "A guerra às drogas não funcionou", afirma o de André Dahmer. Laerte desenha um político discursando de um púlpito (que também é uma caixa registradora) e pergunta: "Quem ganha com tudo isso?".

Responsável pela campanha, a socióloga Julita Lemgruber, do centro de estudos, diz que a falta de informações trava o debate sobre a produção, a venda e o consumo de drogas legais. Ela defende uma mudança cultural que encare os dependentes químicos como pessoas doentes e retire o mercado das drogas das mãos de criminosos. Para Julita, o primeiro mito a ser enfrentado é o do que a maconha é a porta de entrada para outros psicotrópicos.

"Não é maconha que leva a outras drogas, é o álcool [droga lícita], mostram as pesquisas. A gente sabe que em Portugal, por exemplo, que descriminalizou [em 2001] o uso de todas as drogas, não houve aumento do consumo", informou a socióloga. "Esses são mitos que queremos desafiar. A falta de informação leva a crer que a guerra às drogas pode funcionar."

Durante a apresentação das charges em debate sobre a descriminalização das drogas e a regulação do mercado, o diretor da organização não governamental (ONG) Open Society para América Latina e Caribe, Pedro Abramovay, disse que o Brasil não precisa buscar referências apenas na Europa. Ele cita a prefeitura de São Paulo como exemplo, por ter substituído a abordagem policial na chamada Cracolândia, por atendimento médico e social a dependentes químicos.

"A gente sabe o que dá errado: proibir, botar pessoas na cadeia ou matar. Há outras experiências que dão certo, de controle da substância e de redução de danos. Precisamos investir nessas experiências. É muito mais arriscado continuar na rota que estamos agora do que mudar", avaliou.

Em evento internacional da Open Society hoje (22), no Rio, especialistas destacaram que a legislação punitiva, em qualquer parte do mundo, beneficia os operadores de esquemas de lavagem de dinheiro das drogas, em detrimento da violação de direitos de pequenos produtores e da população negra.

Na avaliação da Polícia Militar (PM), uma mudança na política é bem-vinda. “A descriminalização do usuário, para que ele possa ser tratado pela saúde pública, e não pelo sistema de Justiça criminal, é interessante na medida em que há uma perspectiva de diminuir o custo da ação policial e desonerar a corporação dessa dinâmica de enfrentamento”, concluiu o assessor de assuntos estratégicos da PM do Rio, coronel Antonio Carlos Caballo Blanco, que esteve no debate.

Agência Brasil”



É inadmissível que o poder público esteja permitindo esse tipo de campanha num serviço público e com recursos públicos, com um discurso que não concordamos, pois o tráfico legal ou ilegal ceifa vidas e destrói famílias, além de inúmeros outros crimes como lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas.

Assim, este parlamento, no seu papel fiscalizador, tem que saber o que está sendo feito com o dinheiro público, e se o governo federal, que é o competente no combate ao tráfico, está envolvido nesta propaganda e quais medidas foram adotadas.

Sala das Sessões, em de de 2015.

**MAJOR OLIMPIO
DEPUTADO FEDERAL
PDT/SP**